



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
CONSELHO SUPERIOR

21º CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA
O CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO
EDITAL Nº 23/2014 – MPE/RO, DE 04 de JULHO DE 2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA torna público as normas que regularão a prova oral do 21º Concurso Público para Provimento de Vagas e Formação de Cadastro de Reserva para o Cargo de Promotor de Justiça Substituto do Estado de Rondônia.

1 .DA PROVA ORAL

1.1 Para a prova oral, a ser realizada nos dias 18 a 22 de agosto de 2014, o candidato deverá observar todas as instruções contidas no item 13, do Edital nº 3 – MPE/RO, de 7 de fevereiro de 2013.

1.2 A prova oral ocorrerá na sede do Ministério Público do Estado de Rondônia situado na Rua Jamary, nº 1.555, bairro Pedrinhas, na capital Porto Velho.

1.3 As salas, datas e horários das provas orais dos candidatos serão disponibilizados em edital específico.

1.4 Estarão eliminados do concurso público os candidatos que não forem convocados para a prova oral.

1.5 A prova oral, de caráter eliminatório e classificatório, valerá 10,00 pontos e versará sobre as áreas de conhecimento estabelecidas no item 20.2.1 do edital de abertura, que foram consolidados em cinco pontos conforme quadro anexo.

1.6 Nas provas orais, serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota mínima > a 5,00 (cinco) em cada alínea e > a 6 (seis), consideradas todas as notas das alíneas de disciplinas. A nota final da prova oral será a média aritmética das 6 provas, sendo eliminado o candidato que não obtiver as mencionadas médias ou que não comparecerem na realização da prova e não terão classificação no concurso.

1.7 A prova oral será realizada em sessões públicas, sendo cada candidato avaliado por dois examinadores referentes às alíneas de cada grupo, sucessivamente.

1.8 Os candidatos serão avaliados em dois períodos por dia, matutino e vespertino. Os candidatos que serão avaliados no período matutino deverão se apresentar às 7:30 horas do dia da prova oral, e os do período vespertino deverão se apresentar às 13:30 horas, permanecendo incomunicáveis até o momento de sua avaliação.

1.8.1 O período matutino terá dois turnos de avaliação e o período vespertino três turnos de avaliação.

1.9 Com a apresentação dos candidatos no dia da avaliação, será sorteado um candidato que fará o sorteio do ponto objeto da avaliação da prova oral. Tal ponto será aplicável a todos os candidatos que serão avaliados no período.

1.9.1 O conteúdo programático foi consolidado em cinco pontos, conforme Anexo I do presente edital.

1.10 Na avaliação da prova oral, serão considerados o domínio do conhecimento, o emprego adequado da linguagem, a articulação do raciocínio, a capacidade de argumentação e o uso correto do vernáculo.

1.10.1 Para a arguição dos candidatos, cada examinador terá uma planilha de avaliação da prova, na qual lançará a respectiva nota, de 0 (zero) a 10,0 (dez) e, após encerrada, será aquela colocada em envelope opaco, lacrado e rubricado, para entrega ao Presidente, ao Secretário da Comissão do Concurso ou a pessoa designada pela Comissão do Concurso.

1.11 A prova oral será gravada exclusivamente pelo MPE/RO em sistema de áudio e vídeo resguardadas as condições necessárias à concentração do candidato e dos examinadores.

1.12 A prova oral terá duração de até 15 minutos por examinador.

1.13 Na prova oral, o candidato deverá responder as perguntas que lhe forem feitas pelo examinador, bem como responder a arguição da banca.

1.14 Haverá sorteio de pontos a cada período do dia de realização da prova oral.

1.15 Para efeito de arguição, as disciplinas serão agrupadas conforme a seguir:

1.15.1 Grupo I

a) - Direito Penal

b) - Direito Processual Penal

1.15.2 Grupo II

c) – Direito Civil

d) - Direito Processual Civil

1.15.3 Grupo III

e) – Direito Constitucional, Direito Eleitoral, Direito Administrativo, Direito Tributário e Direitos Humanos

f) - Direitos Difusos e Coletivos, Direito Institucional do Ministério Público, Direito Ambiental, Direito do Consumidor, Direito da Criança e do Adolescente, Direito das Pessoas com Deficiência, Direito do Idoso e Direito Sanitário.

1.16 No dia de realização da prova oral, em cada período de sua realização, os candidatos ainda não arguidos permanecerão isolados em uma sala de espera.

1.17 Em cada período a sequência de arguição dos candidatos será estabelecida no edital de convocação da prova oral após sorteio realizado pela Comissão de Concurso, conforme item 13.1.2 do Edital de abertura nº 03/2013.

1.17.1 O sorteio do ponto objeto de avaliação será realizado em local indiciado pela Comissão do Concurso, na presença dos candidatos convocados para o período, de acordo com o horário de realização da prova estabelecido no item 1.8.

1.18 Em hipótese alguma, o candidato poderá assistir à prova de outro candidato.

1.19 Não será admitido, em hipótese alguma, o ingresso de candidato no local de realização da prova oral após o horário fixado para a apresentação no dia de sua prova oral.

1.20 São de responsabilidade do candidato a identificação correta de seu local de realização da prova oral e o comparecimento no horário determinado.

1.21 No dia de realização da prova oral, o candidato deverá comparecer na data, no local e no horário divulgado no edital de convocação para a prova oral, munido do documento de identidade original.

1.22 Por ocasião da realização da prova oral, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no edital de abertura, será automaticamente eliminado do concurso.

1.23 Não haverá segunda chamada para a realização da prova oral. O não comparecimento nessa fase implicará a eliminação automática do candidato.

1.24 Não será aplicada prova oral, em hipótese alguma, fora do espaço físico, das datas e dos horários divulgados no edital de convocação para a prova oral.

1.25 No dia de realização da prova, não será permitida a permanência de armas ou aparelhos eletrônicos (bipe, telefone celular, relógio de qualquer espécie, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, mp3 player, pendrive etc.) no ambiente de prova e da sala de espera dos candidatos. Caso o candidato leve alguma arma e(ou) algum aparelho eletrônico, esses deverão ser recolhidos pela Coordenação. O descumprimento da presente instrução implicará a eliminação automática do candidato.

1.26 O MPE/RO não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova oral, nem por danos neles causados.

1.27 Os candidatos não poderão, durante a realização da prova, manter comunicação entre si, utilizar máquinas calculadoras ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive legislação comentada e(ou) anotada, súmulas, livros doutrinários, manuais e(ou) impressos ou, ainda, fazer qualquer anotação.

1.27.1 Será permitida consulta à legislação seca, quando e se oferecida pelo examinador.

1.28 Por ocasião da realização da prova oral, todos os candidatos deverão apresentar-se adequadamente trajados, sendo que os candidatos do sexo masculino deverão apresentar-se obrigatoriamente usando terno e gravata, sendo vedado o ingresso com bermuda ou com trajes sumários.

1.29 A realização da prova oral poderá ser interrompida, se assim exigir o número de candidatos e(ou) em caso fortuito, para ter prosseguimento em dia, em local e em horário a serem anunciados pelo MPE/RO no ato de suspensão dos trabalhos, dispensando-se, neste caso, qualquer forma de publicação.

1.30 Não haverá arredondamento de notas ou médias.

1.31 A Comissão de Concurso divulgará a lista provisória dos candidatos aprovados, que será publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia, nas páginas do Ministério Público de Rondônia e no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/mpe_ro_13.

1.32 Após a divulgação da lista provisória dos candidatos aprovados, o candidato, pessoalmente ou por procurador, poderá requerer acesso à gravação da prova oral bem como da planilha de avaliação da prova, devendo especificar o Grupo e a alínea da matéria.

1.32.1 O prazo para requerer acesso à gravação da prova oral e da planilha de avaliação da prova é de 48 horas contados da publicação da lista provisória dos candidatos aprovados.

1.33 O requerimento deverá ser endereçado ao Presidente da Comissão de Concurso, no endereço indicado no item 1.2.

1.33.1 Deferido o pedido, o candidato, pessoalmente ou por procurador, deverá comparecer à sede do Ministério Público para a retirada de cópia da prova oral e da planilha de avaliação respectiva. O prazo para a retirada das cópias é de 48 após a publicação da lista dos pedidos deferidos.

1.33.2 Não comparecendo para retirar a cópia solicitada, presume-se a renúncia ao requerimento de acesso à gravação da prova oral e à planilha de avaliação.

1.33.3 O candidato deverá providenciar a mídia em que será gravada a prova oral, tal como hd externo, pen drive, *compact disc*, etc.

1.34. O prazo para recorrer do resultado da prova oral é de 72 horas após o encerramento do prazo para retirada da cópia da prova oral e da planilha de avaliação.

1.35 Os recursos contra a avaliação da prova oral deverão ser encaminhados ao Presidente da Comissão de Concurso contendo as razões do inconformismo.

1.36 Julgados os recursos, será publicada a lista com a relação final dos candidatos aprovados conforme item 1.31.

2 DA SESSÃO PÚBLICA DE REALIZAÇÃO DA PROVA ORAL

2.1 A prova oral será prestada em sessão pública, na presença dos membros da comissão examinadora por grupo, dos fiscais de sala e dos cinegrafistas.

2.2 Haverá três salas com sessão pública, uma para cada Grupo de matérias composto por dois examinadores das respectivas alíneas.

2.3 O público deverá chegar ao local de aplicação da prova oral com antecedência mínima de 30 minutos do horário previsto para seu início.

2.4 Será permitida a entrada de, no máximo, dez pessoas do público em sala. O público entrará na referida sala 15 minutos antes do candidato.

2.5 O público deverá permanecer na sala de arguição até o final da apresentação do último candidato do turno, de maneira que não poderá transitar e(ou) escolher outra sala para observação.

2.6 Em hipótese alguma o público poderá fazer filmagens, tirar fotos, fazer anotações ou qualquer tipo de registro, e ainda, transitar em outros ambientes do local de realização da sessão pública.

2.7 O público não poderá, durante a realização da prova, manter comunicação entre si, utilizar máquinas calculadoras ou similares, livros, impressos ou fazer qualquer tipo de anotação. Os aparelhos celulares devem permanecer desligados.

2.8 O público deverá observar, ainda, as demais instruções da equipe do MPE/RO no local de realização da prova e a não observância ao disposto nos itens 2.6 e 2.7 implicará na retirada da sala.

3 DA COMISSÃO EXAMINADORA DA PROVA ORAL

3.1 Os membros da comissão examinadora da prova oral são os seguintes:

3.1.1 Grupo I

a) Doutor Vinícius Marçal Vieira - Direito Penal

b) Doutor Denilson Feitoza Pacheco - Direito Processual Penal

3.1.2 Grupo II

c) Doutor Carlos Luiz Wolff de Pina – Direito Civil

d) Doutor Diego de Paiva Vasconcelos, representante da OAB/RO - Direito Processual Civil

3.1.3 Grupo III

e) Doutor Gilberto Barbosa Batista dos Santos – Direito Constitucional, Direito Eleitoral, Direito Administrativo, Direito Tributário e Direitos Humanos

f) Doutor Pedro Colaneri Abi-Eçab - Direitos Difusos e Coletivos, Direito Institucional do Ministério Público, Direito Ambiental, Direito do Consumidor, Direito da Criança e do Adolescente, Direito das Pessoas com Deficiência, Direito do Idoso e Direito Sanitário.

3.2 Dentro de cada Grupo, os membros da comissão examinadora da prova oral serão suplentes um do outro em caso de impedimento, suspeição ou outro motivo que impeça a aplicação da prova oral pelo membro titular.

HÉVERTON ALVES DE AGUIAR

Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Rondônia

ANEXO I

PONTOS OBJETO DE AVALIAÇÃO

GRUPO I

PONTO 1 – 1 Fontes do direito penal. 1.1 Princípios aplicáveis ao direito penal. 2. Aplicação da lei penal. 2.1. Princípios da legalidade e da anterioridade. 2.10 Interpretação da lei penal. 2.11 Analogia. 2.12 Irretroatividade da lei penal. 3.24 Crimes contra a pessoa. 3.34 Crimes contra a administração pública. 3.36 Lei nº 7.716/1989 e alterações (crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor). 3.40 Lei nº 9.503/1997 e alterações (crimes de trânsito). 9 Punibilidade e causas de extinção. 11 Lei nº 4.898/1965 (abuso de autoridade). 13 Lei nº 8.078/1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor). 19 Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de direito penal.

PONTO 2 – 2.2. A lei penal no tempo e no espaço. 2.3. Tempo e lugar do crime. 2.4. Lei penal excepcional, especial e temporária. 2.5 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. 3.3 O fato típico e seus elementos. 3.4 Relação de causalidade. 3.5 Superveniência de causa independente. 3.6 Relevância da omissão. 3.25. Crimes contra o patrimônio. 3.35 Lei nº 8.072/1990 e alterações (delitos hediondos). 8 Ação penal. 10. Lei nº 11.343/2006 (Lei Antidrogas). 17. Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). 18 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal.

PONTO 3 – 3.2 Teorias do crime. 3.20 Coação irresistível e obediência hierárquica. 3.21 Ilícitude e causas de exclusão. 3.22 Excesso punível. 3.23 Culpabilidade. 3.23.1 Teorias, elementos e causas de exclusão. 3.26 Crimes contra a propriedade imaterial. 3.27 Crimes contra a organização do trabalho. 4 Imputabilidade penal. 5. Concurso de pessoas. 12 Lei nº 10.826/2003 e alterações (Estatuto do Desarmamento). 14 Lei nº 9.613/1998 (Lavagem de dinheiro).

PONTO 4 - 3 Crime. 3.1 Classificação dos crimes. 3.7 Crime consumado e tentado. 3.8 Pena da tentativa. 3.9 Desistência voluntária e arrependimento eficaz. 3.10 Arrependimento posterior. 3.11 Crime impossível. 3.12 Crime doloso, culposo e preterdoloso. 3.13 Agravação pelo resultado. 3.14 Concurso de crimes. 3.28 Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. 3.29 Crimes contra a dignidade sexual. 3.30 Crimes contra a família. 3.37 Lei nº 9.455/1997 (crimes de tortura) **3.38** Lei nº 12.850/2013 (crime organizado). 15 Convenção americana sobre direitos humanos (Pacto de São José e Decreto nº 678/1992).

PONTO 5 - 2.6 Pena cumprida no estrangeiro. 2.7 Eficácia da sentença estrangeira. 2.8 Contagem de prazo. 2.9 Frações não computáveis da pena. 2.13 Conflito aparente de normas penais. 3.15 Erro sobre elementos do tipo. 3.16 Discriminantes putativas. 3.17 Erro determinado por terceiro. 3.18 Erro sobre a pessoa. 3.19 Erro sobre a ilicitude do fato (erro de proibição). 3.31 Crimes contra a incolumidade pública. 3.32 Crimes contra a paz pública. 3.39 Lei nº 9.605/1998 e alterações (crimes contra o meio ambiente). 6 Penas. 6.1 Espécies de penas. 6.2 Cominação das penas. 6.3 Aplicação da pena. 6.4 Suspensão condicional da pena. 6.5 Livramento condicional. 6.6 Efeitos da condenação. 6.7 Reabilitação. 6.8 Execução das penas em espécie e incidentes de execução. 7 Medidas de segurança. 7.1 Execução das medidas de segurança. 16 Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Alínea b: Direito Processual Penal

PONTO 1 – 1 Fontes do direito processual penal. 1.1 Princípios aplicáveis ao direito processual penal. 5 Ação penal. 8 Questões e processos incidentes. 15 Lei nº 9.099/1995 e Lei nº 10.259/2001 e alterações (juizados especiais criminais). 18 Recursos em geral. 20 Lei nº 7.210/1984 e alterações (execução penal). 24 Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de direito processual penal.

PONTO 2 – 2 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 2.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal. 4.5 Tipos de processo penal. 4.6 Jurisdição. 9 Prova. 13 Sentença e coisa julgada. 19 Habeas corpus e seu processo. 21 Relações jurisdicionais com autoridade estrangeira.

PONTO 3 – 3 Inquérito policial. 10 Juiz, ministério público, acusado e defensor. 10.1 Assistentes e auxiliares da justiça. 10.2 Atos de terceiros. 14 Processos em espécie. 14.1 Processo comum. 16 Prazos. 16.1 Características, princípios e contagem.

PONTO 4 - 4 Processo, procedimento e relação jurídica processual. 4.1 Elementos identificadores da relação processual. 6 Ação civil. 11 Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória. 11.1 Lei nº 7.960/1989 (prisão temporária). 14.2 Processos especiais. 14.3 Lei nº 8.038/1990 – normas procedimentais para os processos perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF). 22 Disposições gerais do Código de Processo Penal.

PONTO 5 - 4.2 Formas do procedimento. 4.3 Princípios gerais e informadores do processo. 4.4 Pretensão punitiva. 7 Competência. 9.1 Lei nº 9.296/1996 (interceptação telefônica). 12 Citações e intimações. 17 Nulidades. 23 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal.

GRUPO II

Alínea c: Direito Civil

PONTO 1 – 1 Lei de introdução às normas do direito brasileiro. 1.1 Vigência, aplicação, interpretação e integração das leis. 4 Bens. 4.1 Diferentes classes. 10 Obrigações. 10.1 Características. 10.11 Obrigações principais e acessórias. 10.12 Transmissão das obrigações. 14 Responsabilidade civil. 21.7 União estável. 21.8 Concubinato. 23.6 Proteção contratual. 30 Lei de Investigação de Paternidade (Lei nº 8.560/1990). 6.4 Representação, condição. 6.5 Termo.

PONTO 2 - 1.2 Conflito das leis no tempo. 1.3 Eficácia da lei no espaço. 6 Negócio jurídico. 6.1 Disposições gerais. 6.2 Classificação, interpretação. 6.3 Elementos. 6.6 Encargo. 6.7 Defeitos do negócio jurídico. 9 Prova. 10.2 Obrigações de dar. 10.14 Inadimplemento das obrigações. 11 Contratos. 11.1 Contratos em geral. 13.2 Títulos ao portador, à ordem e nominativos. 18 Posse. 20 Direitos reais de garantia. 21.9 Tutela. 21.10 Curatela. 22.4 Inventário e partilha. 24 Lei nº 6.766/1979 e alterações (Parcelamento do solo urbano). 29 Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). 29.1

Disposições preliminares, direitos fundamentais, prevenção, medidas de proteção, perda e suspensão do poder familiar, destituição de tutela, colocação em família substituta.

PONTO 3 – 2 Pessoas naturais. 2.1 Existência. 2.2 Personalidade. 6.8 Validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico. 6.9 Simulação. 10.3 Obrigações de fazer e de não fazer. 10.4 Obrigações alternativas. 11.2 Disposições gerais. 11.3 Extinção. 11.4 Espécies de contratos regulados no Código Civil. 17.1 Estabelecimento. 19 Direitos reais. 19.1 Propriedade. 21.4 Usufruto e administração dos bens de filhos menores. 22 Direito das sucessões. 22.1 Sucessão em geral. 25 Lei nº 6.015/1973 e alterações (Registro de imóveis). 25.1 Noções gerais, registros, presunção de fé pública, prioridade, especialidade, legalidade, continuidade, transcrição, inscrição e averbação. 25.2 Procedimento de dúvida. 27 Lei nº 8.245/1991 e alterações (Locação de imóveis urbanos). 27.1 Locação em geral, sublocações, aluguel, deveres do locador e do locatário, direito de preferência, benfeitorias, garantias locatícias, penalidades civis, nulidades, locação residencial, locação para temporada, locação não residencial.

PONTO 4 - 2.3 Capacidade. 2.4 Nome. 2.5 Estado. 2.6 Domicílio. 2.7 Direitos da personalidade. 2.8 Ausência. 5 Ato jurídico. 5.1 Fato e ato jurídico. 7 Atos jurídicos. 7.1 Lícitos e ilícitos. 8 Prescrição e decadência. 10.5 Obrigações divisíveis e indivisíveis. 10.13 Adimplemento e extinção das obrigações. 12 Atos unilaterais. 13 Títulos de crédito. 13.1 Disposições gerais. 19.2 Superfície. 19.3 Servidões. 19.7 Direito do promitente comprador. 21 Direito de família. 21.1 Casamento. 21.5 alimentos. 21.6 Bem de família 23 Lei nº 8.078/1990 e alterações (Direito das relações de consumo). 23.1 Consumidor. 23.2 Fornecedor, produto e serviço. 28 Direitos autorais.

PONTO 5 - 3 Pessoas jurídicas. 3.1 Constituição. 3.2 Extinção. 3.3 Domicílio. 3.4 Sociedades de fato, grupos despersonalizados, associações. 3.5 Sociedades, fundações. 3.6 Desconsideração da personalidade jurídica. 3.7 Responsabilidade. 6.4 Representação, condição. 6.5 Termo. 10.6 Obrigações solidárias. 10.7 Obrigações civis e naturais, obrigações de meio, de resultado e de garantia. 10.8 Obrigações de execução instantânea, diferida e continuada. 10.9 Obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais. 10.10 Obrigações líquidas e ilíquidas. 15 Preferências e privilégios creditórios. 16 Empresário. 17 Direito de empresa. 19.4 Usufruto. 19.5 Uso. 19.6 Habitação. 21.2 Relações de parentesco. 21.3 Regime de bens entre os cônjuges. 22.2 Sucessão legítima. 22.3 Sucessão testamentária. 23.3 Direitos básicos do consumidor. 23.4 Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação dos danos. 23.5 Práticas comerciais. 26 Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).

Alínea d) Direito Processual Civil

PONTO 1 – 1 Jurisdição e ação. 1.1 Conceito, natureza e características. 6 Competência. 6.1 Em razão do valor e da matéria. 6.2 Competência funcional e territorial. 9 Formação, suspensão e extinção do processo. 15.4 Provas documental e testemunhal. 16 Audiência. 19 Recursos. 19.1 Disposições gerais 22.3 Exibição e produção antecipada de provas.

PONTO 2 - 1.2 Condições da ação. 6.3 Modificações de competência e declaração de incompetência. 8.3 Comunicação dos atos. 8.4 Nulidades. 10 Processo e procedimento. 10.1 Procedimentos ordinário e sumário. 16.1 Conciliação, instrução e julgamento. 17 Sentença e coisa julgada. 20 Processo de execução. 20.1 Execução em geral. 23 Procedimentos especiais.

PONTO 3 – 2 Partes e procuradores. 2.1 Capacidade processual e postulatória. 2.2 Deveres e substituição das partes e procuradores. 5 Ministério Público. 11 Procedimento ordinário. 11.1 Petição inicial. 11.2 Requisitos, pedido e indeferimento. 15 Provas. 15.1 Ônus da prova. 15.2 Depoimento pessoal. 15.3 Confissão. 20.2 Diversas espécies de execução. 20.2.1 Execução para entrega de coisa.

PONTO 4 - 3 Litisconsórcio e assistência. 7 O juiz. 8 Atos processuais. 8.1 Forma dos atos. 8.2 Prazos. 12 Resposta do réu. 12.1 Contestação, exceções e reconvenção. 18 Liquidação e cumprimento da sentença. 20.2.2 Execução das obrigações de fazer e de não fazer. 21 Execução de ações coletivas. 23.1 Mandado de segurança, ação popular, ação civil pública, ação de improbidade administrativa.

PONTO 5 - 4 Intervenção de terceiros. 4.1 Oposição, nomeação à autoria, denunciação à lide e chamamento ao processo. 13 Revelia. 14 Julgamento conforme o estado do processo. 22 Processo

cautelar e medidas cautelares. 22.1 Disposições gerais. 22.2 Procedimentos cautelares específicos (arresto, sequestro, busca e apreensão).

GRUPO III

Alínea e: Direito Constitucional, Direito Eleitoral, Direito Administrativo, Direito Tributário e Direitos Humanos

PONTO 1 – Constitucional. 1 Constituição. 1.1 Conceito, objeto, elementos e classificações. 1.2 Supremacia da Constituição. 1.3 Aplicabilidade das normas constitucionais. 1.4 Interpretação das normas constitucionais. 1.4.1 Métodos, princípios e limites. 13 Ordem econômica e financeira. 13.1 Princípios gerais da atividade econômica. 13.2 Política urbana, agrícola e fundiária e reforma agrária. 14 Sistema financeiro nacional. 15 Ordem social. **Eleitoral.** 7 Elegibilidade. 8.1 Conceito e condições. 8.2 Lei Complementar nº 64/1990 e alterações (Inelegibilidade). 8.3 Fatos geradores de inelegibilidade. 8.4 Incompatibilidades, prazos e suspensão por decisão judicial dos efeitos da inelegibilidade. 9 Impugnação de registro de candidatura. 9.1 Competência para julgamento, procedimentos, prazos e efeitos recursais no âmbito da Lei Complementar nº 64/1990 e alterações. 11 Eleições (Código Eleitoral, Lei nº 9.504/1997 e alterações). 11.1 Sistema eleitoral: princípio majoritário e proporcional, representação proporcional, disposições gerais. 11.2 Coligações. 11.3 Convenções para escolha de candidatos. 11.4 Registro de candidatura: pedido, substituição, cancelamento, impugnação no âmbito da Lei nº 9.504/1997 e alterações. 11.5 Numeração atribuída aos candidatos; homonímia. 11.6 Arrecadação e aplicação de recursos nas campanhas eleitorais: vedações inerentes e sanções. 11.7 Prestação de contas de campanha. 11.8 Pesquisas e testes pré-eleitorais. 11.9 Propaganda eleitoral (conforme o Código Eleitoral e a Lei nº 9.504/1997 e alterações). 11.9.1 Propaganda na imprensa escrita, no rádio, na televisão, na Internet e por outros meios. 11.9.2 Direito de resposta. 11.9.3 Condutas vedadas em campanhas eleitorais. 11.9.4 Propaganda eleitoral extemporânea e propaganda irregular (multa). 11.9.5 Representação por conduta vedada. **Administrativo.** 1 Introdução ao direito administrativo. 1.1 Os diferentes critérios adotados para a conceituação do direito administrativo. 1.2 Objeto do direito administrativo. 1.3 Fontes do direito administrativo. 1.4 Regime jurídico-administrativo: princípios do direito administrativo. 1.5 Princípios da administração pública. 2 Administração pública. 2.1 Conceito de administração pública sob os aspectos orgânico, formal e material. 2.2 Órgão público: conceito e classificação. 2.3 Servidor: cargo e funções. 2.4 Atribuições. 2.5 Competência administrativa: conceito e critérios de distribuição. 2.6 Avocação e delegação de competência. 2.7 Ausência de competência: agente de fato. 2.8 Administração direta e indireta. 2.9 Autarquias. 2.10 Fundações públicas. 2.11 Empresas públicas e privadas. 2.12 Sociedades de economia mista. 2.13 Entidades paraestatais. 2.14 Dispositivos pertinentes contidos na Constituição Federal de 1988 12 Responsabilidade civil do Estado. 12.1 Responsabilidade patrimonial do Estado por atos da administração pública: evolução histórica e fundamentos jurídicos. 12.2 Teorias subjetivas e objetivas da responsabilidade patrimonial do Estado. 12.3 Responsabilidade patrimonial do Estado por atos da administração pública no direito brasileiro. **Tributário.** 1 Sistema tributário nacional. 1.1 Limitações do poder de tributar. 1.2 Princípios do direito tributário. 1.3 Repartição das receitas tributárias. 2 Tributo. 2.1 Conceito. 2.2 Natureza jurídica. 2.3 Espécies. 2.4 Imposto. 2.5 Taxa. 2.6 Contribuição de melhoria. 2.7 Empréstimo compulsório. 2.8 Contribuições. 3 Competência tributária. 3.1 Classificação. 3.2 Exercício da competência tributária. 3.3 Capacidade tributária ativa. 3.4 Imunidade tributária. 3.5 Distinção entre imunidade, isenção e não incidência. 3.6 Imunidades em espécie. 7 Crédito tributário. 7.1 Constituição de crédito tributário. 7.2 Lançamento. 7.3 Modalidades de lançamento. 7.4 Suspensão do crédito tributário. 7.5 Extinção do crédito tributário. 7.6 Exclusão de crédito tributário. 7.7 Garantias e privilégios do crédito tributário. **Direitos Humanos.** 18 Universalismo e relativismo cultural. 18.1 Precedentes históricos. 19 O sistema da liga das nações. 20 A Organização Internacional do Trabalho (OIT). 21 Instrumentos internacionais de direitos humanos. 22.3 Pacto internacional de direitos civis e políticos. 22.4 Pacto internacional de direitos econômicos, sociais e culturais. 22.5 Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial. 22.6 Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação

contra a mulher. 22.7 Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes.

PONTO 2 – Constitucional. 2 Poder constituinte. 2.1 Características. 2.2 Poder constituinte originário. 2.3 Poder constituinte derivado. 10 Defesa do Estado e das instituições democráticas. 11 Sistema tributário nacional. 11.1 Princípios gerais. 11.2 Limitações do poder de tributar. 11.3 Impostos da União, dos Estados e dos municípios. 11.4 Repartição das receitas tributárias. 12 Finanças públicas. 12.1 Normas gerais. 12.2 Orçamentos. **Eleitoral.** 5 Alistamento eleitoral. 5.1 Lei nº 4.737/1965 e alterações. 5.2 Lei nº 6.996/1982 e alterações. 5.3 Lei nº 7.444/1985. 5.4 Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nº 21.538/2003. 5.5 Ato e efeitos da inscrição. 5.6 Segunda via. 5.7 Transferência e encerramento. 5.8 Delegados partidários perante o alistamento. 5.9 Cancelamento e exclusão de eleitor. 5.10 Revisão e correição eleitorais. 6 Domicílio eleitoral. 11.10 Eleições. 11.10.1 Atos preparatórios da votação. 11.10.2 Seções eleitorais. 11.10.3 Mesas receptoras. 11.10.4 Fiscalização das eleições. 11.10.5 Material para votação. 11.10.6 Lugares da votação. 11.10.7 Polícia dos trabalhos eleitorais. 11.10.8 Início da votação. 11.10.9 O ato de votar. 11.10.10 Voto no exterior. 11.10.11 Encerramento da votação. **Administrativo.** 3 Atos administrativos. 3.1 Conceitos, requisitos, elementos, pressupostos e classificação. 3.2 Fato e ato administrativo. 3.3 Atos administrativos em espécie. 3.4 Parecer: responsabilidade do emissor do parecer. 3.5 O silêncio no direito administrativo. 3.6 Cassação. 3.7 Revogação e anulação. 3.8 Processo administrativo. 3.9 Lei nº 9.784/1999. 3.10 Fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos administrativos. 3.11 Formação do ato administrativo: elementos, procedimento administrativo. 3.12 Validade, eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo. 3.13 Atos administrativos simples, complexos e compostos. 3.14 Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais. 3.15 Atos administrativos gerais e individuais. 3.16 Atos administrativos vinculados e discricionários. 3.17 Mérito do ato administrativo, discricionariedade. 3.18 Ato administrativo inexistente. 11 Bens públicos. 11.1 Classificação e caracteres jurídicos. 11.2 Natureza jurídica do domínio público. 11.3 Domínio público terrestre: evolução do regime jurídico das terras públicas (urbanas e rurais) no Brasil. 11.4 Terras devolutas. 11.5 Vias públicas, cemitérios públicos e portos. 11.6 Utilização dos bens públicos: autorização, permissão e concessão de uso, ocupação, aforamento, concessão de domínio pleno. 11.7 Limitações administrativas. 11.8 Zoneamento. 11.9 Polícia edilícia. 11.10 Zonas fortificadas e de fronteira. 11.11 Florestas. 11.12 Tombamento. 11.13 Servidões administrativas. 11.14 Requisição da propriedade privada. 11.15 Ocupação temporária. **Tributário.** 4 Fontes do direito tributário. 4.1 Constituição Federal. 4.2 Leis complementares. 4.3 Leis ordinárias e atos equivalentes. 4.4 Tratados internacionais. 4.5 Atos do poder executivo federal com força de lei material. 4.6 Atos exclusivos do poder legislativo. 4.7 Convênios. 4.8 Decretos regulamentares. 4.9 Normas complementares. 5 Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária. 8 Administração tributária. 8.1 Fiscalização. 8.2 Dívida ativa. 8.3 Certidões negativas. 9 Impostos da União. 9.1 Imposto sobre a importação de produtos estrangeiros. 9.2 Imposto sobre a exportação de produtos estrangeiros. 9.3 Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza. 9.4 Imposto sobre produtos industrializados. 9.5 Imposto sobre operações de crédito, câmbio, seguro ou relativas a títulos e valores mobiliários. 9.6 Imposto sobre a propriedade territorial rural. 9.7 Imposto sobre grandes fortunas. **Direitos Humanos.** 15 A interligação entre o direito internacional e o direito interno na proteção dos direitos humanos. 16 A Constituição brasileira e os tratados internacionais de direitos humanos. 17 Sistema internacional de proteção dos direitos humanos. 25 Mecanismos de proteção contra as violações de direitos humanos. 26 Responsabilidade internacional em matéria de direitos humanos. 27 Regra do esgotamento dos recursos internos na proteção dos direitos humanos. 28 Mecanismo unilateral e mecanismo institucional ou coletivo. 29 A proteção dos direitos humanos na ONU. 29.1 Sistemas convencional e extra convencional da ONU. 30 Sistema europeu de direitos humanos.

PONTO 3 – Constitucional. 3 Princípios fundamentais. 4 Direitos e garantias fundamentais. 4.1 Direitos e deveres individuais e coletivos. 4.2 Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data. 4.3 Direitos sociais. 4.4 Nacionalidade. 4.5 Direitos políticos. 4.6 Partidos políticos.

Eleitoral. 11.10.12 Órgãos apuradores. 11.10.13 Apuração nas juntas eleitorais, nos tribunais regionais e no Tribunal Superior Eleitoral. 11.10.14 Sistema eletrônico de votação e totalização dos votos. 11.10.15 Privilégios e garantias eleitorais: aspectos gerais, liberdade no exercício do sufrágio, fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais (Lei nº 6.091/1974 e alterações). 11.10.16 Impugnações e recursos. 11.10.17 Nulidades da votação. **Administrativo.** 5 Serviços públicos. 5.1 Concessão, permissão, autorização e delegação. 5.2 Serviços delegados. 5.3 Convênios e consórcios. 5.4 Conceito de serviço público. 5.5 Caracteres jurídicos. 5.6 Classificação e garantias. 5.7 Usuário do serviço público. 5.8 Extinção da concessão de serviço público e reversão dos bens. 5.9 Permissão e autorização. 6 Intervenção no domínio econômico: desapropriação. 10 Agentes públicos e servidores públicos. 10.1 Agentes públicos (servidor público e funcionário público). 10.2 Natureza jurídica da relação de emprego público. 10.3 Preceitos constitucionais 10.4 Funcionário efetivo e vitalício: garantias. 10.5 Estágio probatório 10.6 Funcionário ocupante de cargo em comissão 10.7 Direitos, deveres e responsabilidades dos servidores civis 10.8 Lei nº 8112/1990 e alterações 10.9 Regime disciplinar e processo administrativo-disciplinar. **Tributário.** 10 Impostos dos estados e do Distrito Federal. 10.1 Imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos. 10.2 Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior. 10.3 Imposto sobre propriedade de veículos automotores. 11 Impostos dos municípios. 11.1 Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana. 11.2 Imposto sobre transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição. 11.3 Imposto sobre serviços de qualquer natureza. 14 Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte). 15 Ilícito tributário. 15.1 Ilícito administrativo tributário. 15.2 Ilícito penal tributário. 15.3 Crimes contra a ordem tributária. 15.4 Lei nº 8.137/1990. **Direitos Humanos.** 1 Teoria geral dos direitos humanos. 1.1 Conceito, terminologia, estrutura normativa, fundamentação. 2 Afirmação histórica dos direitos humanos. 3 Direitos humanos e a responsabilidade do Estado. 13 Interpretação e aplicação dos tratados internacionais de proteção aos direitos humanos. 14 As três vertentes da proteção internacional da pessoa humana 14.1 Direitos humanos, direito humanitário e direito dos refugiados. 22 O núcleo de direito internacional dos direitos humanos. 22.1 Carta das Nações Unidas. 22.2 Declaração universal de direitos humanos. 23 Os limites dos direitos humanos na ordem internacional.

PONTO 4 – Constitucional. 5 Organização do Estado. 5.1 Organização político-administrativa. 5.2 Estado federal brasileiro. 5.3 A União. 5.4 Estados federados. 5.5 Municípios. 5.6 O Distrito Federal. 5.7 Territórios 5.8 Intervenção federal. 5.9 Intervenção dos estados nos municípios. 6 Administração pública. 6.1 Disposições gerais. 6.2 Servidores públicos. 6.3 Militares dos estados, do Distrito Federal e dos territórios. 7.4 Poder judiciário. 7.4.1 Disposições gerais. 7.4.2 Órgãos do poder judiciário. 7.4.2.1 Organização e competências. 7.4.3 Conselho Nacional de Justiça (CNJ). 8 Funções essenciais à justiça. 8.1 Ministério público. 8.1.1 Princípios, garantias, vedações, organização e competências. 8.2 Advocacia pública. 8.3 Advocacia e defensoria pública 10.10 Improbidade administrativa 10.11 Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) 10.12 Formas de provimento e vacância dos cargos públicos 10.13 Exigência constitucional de concurso público para investidura em cargo ou emprego público. **Eleitoral.** 10 Partidos políticos (conforme a Constituição Federal, Código Eleitoral, Lei nº 9.096/1995 e alterações): conceituação, destinação, liberdade e autonomia partidárias, natureza jurídica, criação e registro, caráter nacional, funcionamento parlamentar, programa, estatuto, filiação, fidelidade e disciplina partidárias, fusão, incorporação e extinção, finanças e contabilidade, prestação de contas e sanções dela decorrentes, fundo partidário, acesso gratuito ao rádio e à televisão, propaganda partidária. 11.11 Diplomação dos eleitos: natureza jurídica, competência para diplomar e fiscalização. 11.12 Recursos eleitorais. 11.12.1 Cabimento, pressupostos de admissibilidade, processamento, efeitos e prazos. 11.12.2 Recursos perante juntas e juízos eleitorais, tribunais regionais e Tribunal Superior.

11.13 Disposições finais da Lei nº 9.504/1997 e alterações. 11.14 Dever eleitoral: sanções ao inadimplemento, isenção, justificação pelo não comparecimento à eleição. 11.15 Abuso de poder e corrupção no processo eleitoral. 11.15.1 Lei Complementar nº 64/1990 e alterações (investigação judicial eleitoral). 11.15.2 Representação por captação ilícita de sufrágio (art. 41-A da Lei nº 9.504/1997). 11.15.3 Recurso contra a expedição de diploma. 11.15.4 Ação de impugnação de mandato eletivo. **Administrativo.** 9 Controle da administração pública. 9.1 Conceito, tipos e formas de controle. 9.2 Controle interno e externo. 9.3 Controle parlamentar. 9.4 Controle pelos tribunais de contas. 9.5 Controle administrativo. 9.6 Recurso de administração. 9.7 Reclamação. 9.8 Lei nº 8.429/1992 e alterações (Lei de Improbidade Administrativa). 9.9 Sistemas de controle jurisdicional da administração pública: contencioso administrativo e sistema da jurisdição una. 9.10 Controle jurisdicional da administração pública no direito brasileiro. 9.11 Controle da atividade financeira do Estado: espécies e sistemas. 9.12 Pedido de reconsideração e recurso hierárquico próprio e impróprio. 9.13 Prescrição administrativa. 9.14 Representação e reclamação administrativas. 9.15 Advocacia pública consultiva. 9.16 Hipóteses de manifestação obrigatória. 9.17 Responsabilidades do parecerista e do administrador público pelas manifestações exaradas, quando age em acordo ou em desacordo com tais manifestações. **Tributário.** 12 Processo administrativo tributário. 12.1 Princípios básicos. 12.2 Acepções e espécies. 12.3 Determinação e exigência do crédito tributário. 12.4 Representação fiscal para fins penais. **Direitos Humanos.** 10 A proteção internacional dos direitos humanos. 11 Fundamentos dos direitos humanos. 12 Características dos direitos humanos no direito internacional. 24 A natureza objetiva da proteção internacional dos direitos humanos.

PONTO 5 – Constitucional. 7 Organização dos poderes no Estado. 7.1 Mecanismos de freios e contrapesos. 7.2 Poder legislativo. 7.2.1 Estrutura, funcionamento e atribuições. 7.2.2 Comissões parlamentares de inquérito. 7.2.3 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 7.2.4 Tribunal de Contas da União (TCU). 7.2.5 Processo legislativo. 7.2.6 Prerrogativas parlamentares. 7.3 Poder executivo. 7.3.1 Presidente da República. 7.3.1.1 Atribuições, prerrogativas e responsabilidades. 7.3.2 Ministros de Estado. 7.3.3 Conselho da República e de Defesa Nacional. 9 Controle da constitucionalidade. 9.1 Sistemas gerais e sistema brasileiro. 9.2 Controle incidental ou concreto. 9.3 Controle abstrato de constitucionalidade. 9.4 Exame in abstractu da constitucionalidade de proposições legislativas. 9.5 Ação declaratória de constitucionalidade. 9.6 Ação direta de inconstitucionalidade. 9.7 Arguição de descumprimento de preceito fundamental. 9.8 Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. 9.9 Ação direta de inconstitucionalidade interventiva. 9.10 Controle concreto e abstrato de constitucionalidade do direito municipal. **Eleitoral.** 1 Conceito e fontes. 2 Princípios constitucionais relativos aos direitos políticos (nacionalidade, elegibilidade e partidos políticos) de que trata o Capítulo IV do Título I da Constituição da República em seus arts. 14 a 17. 3 Lei nº 4.737/1965 (Código Eleitoral) e alterações. 3 Organização da justiça eleitoral: composição e competências. 4 Ministério Público Eleitoral: atribuições. 12 Crimes eleitorais. 12.1 Crimes eleitorais previstos no Código Eleitoral, na Lei Complementar nº 64/1990 e na Lei nº 9.504/1997 e alterações. 12.2 Processo penal eleitoral: ação penal, competência em matéria criminal eleitoral, rito processual penal eleitoral com aplicação subsidiária do Código de Processo Penal. 12.3 Resolução do TSE nº 22.276/ 2006. 12.4 Lei nº 11.300/2006 e alterações (Lei da Minirreforma Eleitoral). 13 Lei nº 12.034/2009. **Administrativo.** 3.19 Teoria das nulidades no direito administrativo. 3.20 Atos administrativos nulos e anuláveis. 3.21 Vícios do ato administrativo. 3.22 Teoria dos motivos determinantes. 3.23 Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo. 4 Poderes da administração pública. 4.1 Hierarquia; poder hierárquico e suas manifestações. 4.2 Poder disciplinar. 4.3 Poder de polícia. 4.4 Polícia judiciária e polícia administrativa. 4.5 Liberdades públicas e poder de polícia. 4.6 Principais setores de atuação da polícia administrativa. 7 Licitações. 7.1 Conceito, finalidades, princípios e objeto. 7.2 Obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade e vedação. 7.3 Modalidades. 7.4 Procedimento, revogação e anulação. 7.5 Sanções penais. 7.6 Normas gerais de licitação. 7.7 Legislação pertinente. 7.7.1 Lei nº 8.666/1993 e alterações. 7.7.2 Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão. 7.7.3 Instrução Normativa do STN nº

1/1997. 7.8 Sistema de registro de preços. 8 Contratos administrativos. 8.1 Conceito, peculiaridades e interpretação. 8.2 Formalização. 8.3 Execução, inexecução, revisão e rescisão 8.4 Convênios e consórcios administrativos. **Tributário.** 6 Obrigação tributária. 6.1 Definição e natureza jurídica. 6.2 Obrigação principal e acessória. 6.3 Fato gerador. 6.4 Sujeito ativo. 6.5 Sujeito passivo. 6.6 Solidariedade. 6.7 Capacidade tributária. 6.8 Domicílio tributário. 6.9 Responsabilidade tributária. 6.10 Responsabilidade dos sucessores. 6.11 Responsabilidade de terceiros. 6.12 Responsabilidade por infrações. 13 Processo judicial tributário.13.1 Ação de execução fiscal 13.2 Lei nº 6.830/1980 (Execução Fiscal). 13.3 Ação cautelar fiscal. 13.4 Ação declaratória da inexistência de relação jurídico-tributária. 13.5 Ação anulatória de débito fiscal. 13.6 Mandado de segurança.13.7 Ação de repetição de indébito.13.8 Ação de consignação em pagamento.13.9 Ações de controle de constitucionalidade.13.10 Ação civil pública. **Direitos Humanos.** 4 Direitos humanos na Constituição Federal. 5 Documentos históricos brasileiros. 6 Institucionalização dos direitos e garantias fundamentais. 7 Política nacional de direitos humanos. 8 Programas nacionais de direitos humanos. 9 Globalização e direitos humanos. 22.8 Convenção sobre os direitos da criança. 22.9 Convenção internacional sobre a proteção de direitos de todos os migrantes trabalhadores e membros de suas famílias. 31 Sistema interamericano de direitos humanos. 31.1 Comissão interamericana de direitos humanos e corte interamericana de direitos humanos. 31.2 Proteção dos direitos humanos no Mercosul. 32 Responsabilidade internacional dos estados por violações de direitos sociais, econômicos e culturais. 33 Mecanismos coletivos e afirmação do indivíduo como sujeito de direito internacional. 34 Implementação das decisões de responsabilização internacional do Estado por violação de direitos humanos.

Alínea f: Direitos Difusos e Coletivos, Direito Institucional do Ministério Público, Direito Ambiental, Direito do Consumidor, Direito da Criança e do Adolescente, Direito das Pessoas com Deficiência, Direito do Idoso e Direito Sanitário.

PONTO 1 – Difusos. 3 Improbidade administrativa. 4 Proteção ao meio ambiente. 5 Proteção aos patrimônios cultural, público e social. 9.4 Processo de desapropriação de terras para fins de reforma agrária (Leis Complementares nº 76/1993 e 88/1996). 9.5 Usucapião constitucional rural (art. 191 da Constituição da República e Lei nº 6.969/1981). **MP.** 1 Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993). 2 Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Rondônia. 11 Servidores. 11.1 A carreira de apoio técnico-administrativo. 11.2 Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112/1990 e suas alterações). **Ambiental.** 4 Política Nacional de Meio Ambiente. 4.1 Objetivos. 4.2 Instrumentos de proteção (técnicos e econômicos). 4.3 SISNAMA: estrutura e funcionamento. 4.4 Lei nº 6.938/1981. 4.5 Decreto nº 99.274/1990. 4.6 Resolução do CONAMA nº 1 e alterações (Relatório de Impacto Ambiental - EIA-RIMA). 4.7 Resolução do CONAMA nº 237 (Licenciamento Ambiental). 4.8 Resolução do CONAMA nº 378 (empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional). 6 Recursos florestais. 6.1 Lei nº 12.651/2012 e alterações. 6.2 Resoluções do CONAMA nº 302/2002 e 303/2002. 6.3 Lei nº 11.284/2006 e alterações (Gestão de florestas públicas). 6.3.1 Significado de gestão e de concessão florestal. **Consumidor.** 1.7 Práticas comerciais. 1.7.1 Oferta e efeito vinculante da oferta publicitária. 1.7.2 Publicidade. 1.7.3 Práticas abusivas. 1.7.4 Cobrança de dívidas. 1.7.5 Bancos de dados e cadastros de consumidores. 2 Infrações penais. 2.1 As relações de consumo como bem jurídico penal. 2.2 Sujeitos ativo e passivo dos crimes contra as relações de consumo. 2.3 Código penal e proteção ao consumidor. 2.4 Resultado nas infrações penais de consumo e crimes de perigo. 2.5 Responsabilidade penal da pessoa jurídica. 2.6 Tipos penais. 2.6.1 Omissão de informação a consumidores. 2.6.2 Omissão de comunicação da nocividade de produtos. 2.6.3 Execução de serviço de alto grau de periculosidade. 2.6.4 Oferta não publicitária enganosa. **ECA.** 3 Conselho Tutelar. 3.1 Disposições gerais. 3.2 Atribuições. 3.3 Competência. 3.4 Escolha dos conselheiros e impedimentos. 14 Crimes e infrações administrativas. **Idoso.** 2 Decreto Federal nº 5.934/2006; Decreto Federal nº 5.109/2004; Decreto Federal nº 1.948/1996 e alterações. **Deficiente.** 1 Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada em Nova Iorque, em 30 de março de 2007, ratificada, no âmbito do direito interno, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. 6.1 Acesso à Justiça. 6.2 O Ministério Público. 6.3 A ação civil pública para a tutela

jurisdicional dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos das pessoas com deficiência. **Sanitário.** 3 O Sistema Único de Saúde (SUS). 3.1 Instituições jurídicas que compõem o SUS. 3.2 Objetivos, princípios e diretrizes do SUS. 5 Intervenção e emprego de iniciativas legais do Ministério Público na área do direito sanitário.

PONTO 2 – Difusos. 9 Direito agrário. 9.1 Teoria geral do direito agrário: conceito e princípios. 9.2 Imóvel rural. 9.2.1 Conceito e classificação — Constituição da República e Lei nº 4.504/1964 e alterações (Estatuto da Terra). 9.2.2 Lei nº 6.015/1973 (Capítulo V – Do Registro de Imóveis). 9.3 Lei nº 8.629/1993 e alterações (reforma agrária). **MP.** 3 Princípios institucionais. 4 Autonomia funcional e administrativa.

Ambiental. 3 Princípios de direito ambiental. 3.1 Prevenção, precaução, poluidor-pagador e usuário-pagador, cooperação, informação, participação, equidade intergeracional. 3.2 Princípios da tutela do patrimônio cultural. 3.2.1 Cooperação, solidariedade, participação e informação, preservação do sítio e proteção do entorno, uso compatível com a natureza do bem, pró-monumento, valorização sustentável.

9 Responsabilidades. 9.1 Efeito, impacto e dano ambiental. 9.2 Poluição. 9.3 Responsabilidade administrativa, civil e penal. 9.4 Tutela processual. 9.4.1 STF, STJ e tribunais de justiça estaduais.

Consumidor. 1 Direito do consumidor. 1.1 Natureza e fonte de suas regras. 1.2 Características e princípios do Código de Defesa do Consumidor. 1.3 Integrantes e objeto da relação de consumo. 1.4 Política nacional de relações de consumo. 1.4.1 Objetivos e princípios. 1.5 Direitos básicos do consumidor. 2.6.5 Publicidade enganosa ou abusiva. 2.6.6 Indução a comportamento prejudicial ou perigoso. 2.6.7 Publicidade sem base fática, técnica ou científica. 2.6.8 Troca de peças usadas sem autorização. 2.6.9 Cobrança abusiva de dívidas. 2.6.10 Impedimento de acesso a cadastros e banco de dados. 2.6.11 Omissão de correção de informações em bancos de dados e cadastros. 2.6.12 Omissão de entrega do termo de garantia. 2.7 Individualização e fixação judicial da pena. 2.8 Valor da fiança. 2.8.1 Assistência. 2.8.2 Ação penal subsidiária. **ECA.** 6 Direito à convivência familiar. 6.1 Família natural e família substituta. 6.2 Guarda. 6.3 Tutela. 6.4 Adoção. 6.5 Perda ou suspensão do poder familiar. 6.6 Colocação em família substituta. 11 Ministério Público. 12 O advogado. 13 Proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos das crianças e dos adolescentes. **Idoso. Deficiente.** 2 A

constitucionalização dos direitos das pessoas com deficiência. 2.1 A política nacional para a integração das pessoas com deficiência: diretrizes, objetivos e instrumentos. 6 Reserva de cargos e empregos públicos estaduais para pessoas com deficiência. **Sanitário.** 3.3 Competências do SUS e integração entre seus componentes (organização, direção e gestão do SUS). 3.4 Fundos de saúde e vinculação orçamentária para financiamento das ações e dos serviços públicos de saúde no Brasil. 4.3 O princípio da responsabilidade no direito sanitário. 4.3.1 A segurança sanitária e o princípio da responsabilidade. 4.3.2 Responsabilidade sanitária. 4.3.3 Responsabilidade administrativa. 4.3.4 Responsabilidade civil. 4.3.5 Responsabilidade penal. 4.3.6 Responsabilidade profissional-disciplinar.

PONTO 3 – Difusos. 8 A tutela em juízo dos interesses individuais homogêneos, difusos e coletivos. 8.1 Competência. 8.2 Ônus da prova. 8.3 Legitimidade ordinária e extraordinária. 8.4 Legitimidade ativa e passiva. 8.5 Legitimidade ativa da Defensoria Pública. 8.14 Responsabilidade por custas, honorários advocatícios e demais encargos de sucumbência. 8.15 Liquidação e execução da sentença. 8.16 Legitimados para a liquidação. 8.17 Escolha do foro pelo lesado individual. 8.18 Responsabilidade e culpa. 8.19 Prescrição e decadência. **MP.** 5 Iniciativa legislativa. 6 A atuação do Ministério Público na elaboração da proposta orçamentária. 9 Funções exclusivas e concorrentes. **Ambiental.** 2 Conceito de meio ambiente e seus aspectos. 2.1 Meio ambiente natural, artificial, cultural e do trabalho. 2.2 Conceito de recursos naturais e meio ambiente como bens ambientais. 2.3 Conceito de biodiversidade e desenvolvimento sustentável. 2.4 Significado de direitos culturais. 9.5 Papel do Ministério Público na defesa do meio ambiente. **Consumidor.** 3. Defesa do consumidor em juízo. 3.1 Interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. 3.2 Legitimidade ativa para a propositura de ações coletivas. 3.3 Ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos. 3.4 Ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços. 3.5 Coisa julgada. **ECA.** 9 Procedimentos. 9.1 Disposições gerais. 9.2 Perda e suspensão do poder familiar. 9.3 Destituição da tutela. 9.4 Colocação em

família substituta. 9.5 Apuração de ato infracional atribuído ao adolescente. 9.6 Apuração de irregularidade em entidade de atendimento. 9.7 Apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente. 10 Recursos. **Idoso.** 1 Lei nº 8.842/1994 e alterações e Portaria nº 1.395/1999 (Política Nacional do Idoso) e alterações. **Deficiente.** 3 Lei nº 7.853/1989 e Decreto nº 3.298/1999 e alterações. 3.1 As responsabilidades do Poder Público. 3.2 Educação. 3.3 Saúde. 3.4 Formação profissional e do trabalho. 3.5 Recursos humanos. 3.6 Edificações. **Sanitário.** 4 Vigilância em saúde. 4.1 Procedimento (ou processo) administrativo, princípios informadores, instâncias administrativas, representação e reclamação administrativas, pedido de reconsideração, recursos hierárquicos, coisa julgada administrativa.

PONTO 4 – Difusos. 3 Defesa das pessoas idosas. 6 Defesa das pessoas com deficiência. 7 Defesa da ordem urbanística. 8.11 Sentença. 8.12 Desistência e renúncia do recurso. 8.12.1 Efeitos. 8.12.2 Desistência pelo Ministério Público. 8.13 Coisa julgada na ação coletiva. **MP.** 7 O procurador-geral da República e dos Estados: requisitos para a investidura e procedimento de destituição. 10 Membros do Ministério Público: ingresso na carreira, promoção, aposentadoria, garantias, prerrogativas e vedações.

Ambiental. 1 Direito ambiental constitucional. 1.1 Meio ambiente como direito fundamental. 1.2 Princípios estruturantes do estado de direito ambiental. 1.3 Competências ambientais legislativa e material. 1.4 Deveres ambientais. 1.5 Instrumentos jurisdicionais. 1.5.1 Ação civil pública, ação penal pública, mandado de segurança individual e coletivo, ação popular, mandado de injunção ambiental. 1.6 Função ambiental pública e privada. 1.7 Função social da propriedade. 1.8 Art. 225 da Constituição Federal de 1988. 7 Espaços territoriais especialmente protegidos. 7.1 Áreas de preservação permanente e reserva legal. 7.2 Lei nº 9.985/2000 (SNUC). 7.2.1 Tipos de unidades, objetivos e categorias. 8 Política urbana. 8.1 Diretrizes, instrumentos e competência. 8.2 Artigos 182 e 183 da Constituição Federal. 8.3 Lei nº 10.257/2001. **Consumidor.** 1.6 Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação de danos. 1.6.1 Proteção à saúde e segurança. 1.6.2 Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. 1.6.3 Responsabilidade por vício do produto e do serviço. 1.6.4 Decadência e prescrição. 1.6.5 Desconsideração da personalidade jurídica. 4 Sistema nacional de defesa do consumidor. 4.1 Ministério público e defensoria pública. 4.2 Delegacia do consumidor. 4.3 PROCON. 4.4 Associações civis de defesa do consumidor. 4.5 Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor. 4.6 Instituto brasileiro de defesa do consumidor. **ECA.** 4 Medidas de proteção. 4.1 Disposições gerais. 4.2 Medidas específicas de proteção. 4.3 Colocação em família substituta. 5 Medidas pertinentes aos pais ou responsável. 8 Acesso à Justiça. 8.1 A Justiça da infância e da juventude. 8.2 Princípios gerais. 8.3 Competência. 8.4 Serviços auxiliares. **Idoso. Deficiente.** 3.7 A criminalização do preconceito. 3.8 As categorias de deficiência: física, auditiva, visual, mental, múltipla. 3.9 A prioridade de atendimento. **Sanitário.** 2 A saúde como um direito humano fundamental. 2.1 O reconhecimento da saúde como um direito internacionalmente protegido. 2.2 O reconhecimento da saúde como um direito humano fundamental pelo direito brasileiro e consolidação do direito sanitário no Brasil. 2.3 Carta das Nações Unidas (ONU). 2.4 Declaração Universal dos Direitos Humanos. 2.5 Pacto dos Direitos Civis e Políticos e Pacto dos Direitos Sociais, Culturais e Econômicos. 2.6 Papel da Organização dos Estados Americanos (OEA). 2.7 Papel da Organização Mundial da Saúde (OMS). 2.8 Papel da Organização Pan-Americana da Saúde.

PONTO 5 – Difusos. 1 Teoria constitucional dos direitos difusos e coletivos. 1.1 Interesse público e privado. 1.2 Interesse público primário e secundário. 1.3 Interesses difusos, coletivos e individual homogêneos. 1.4 A defesa judicial dos interesses transindividuais. 2 Ação civil pública. 8.6 Litisconsórcio e assistência. 8.7 Conexão, continência e litispendência. 8.8 Liminares e recursos. 8.9 Multas. 8.10 Fundo para reconstituição do bem lesado: fundos federais, fundos estaduais, receitas do fundo, finalidades do fundo, reparação das lesões individuais. **MP.** 8 Funções institucionais. 12 Conselho Nacional do Ministério Público: atribuições e Regimento Interno. **Ambiental.** 5 Recursos hídricos. 5.1 Lei nº 9.433/1997 e alterações (instrumentos de gestão). 5.2 Resolução do CNRH nº 16/2001. 9.5 Papel do Ministério Público na defesa do meio ambiente. 5.3 Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). 9.6 Crimes ambientais: espécies e sanções penais previstas. 9.7 Lei nº 9.605/1998 e

alterações. 9.8 Decreto nº 6.514/2008. **Consumidor.** 1.8 Proteção contratual. 1.8.1 Princípios basilares dos contratos de consumo. 1.8.2. Cláusulas abusivas. 1.8.3 Contratos de adesão. 1.9 Sanções administrativas. 4.7 Departamento de proteção e defesa do consumidor. 4.8 Sistema nacional de informações de defesa do consumidor. 4.9 Conflito de atribuições entre PROCON e outros órgãos de defesa do consumidor. 5 Convenção coletiva de consumo. **ECA.** 1 Criança e adolescente. 1.1 Antecedentes históricos. 1.2 Inserção constitucional. 1.3 Princípio da prevenção especial. 1.4 Direitos fundamentais da criança e do adolescente. 2 Política e organização do atendimento. 2.1 Linhas de ação e da política de atendimento. 2.2 Linhas de ação e diretrizes. 2.3 Municipalização e descentralização. 2.4 Participação da cidadania e conselhos dos direitos. 2.5 Entidades e programas de atendimento. 7 Prática do ato infracional. 7.1 A questão socioeducativa. 7.2 Conceito e tempo do ato infracional. 7.3 Inimputabilidade. 7.4 Direitos individuais. 7.5 Garantias processuais. 7.6 Medidas socioeducativas. 7.7 Remissão. **Idoso.** 3 Portaria nº 2.874/2000 (altera dispositivo da Portaria nº 2.854/2000); Portaria nº 810/1989 (aprova normas e padrões para o funcionamento de instituições destinadas ao atendimento de idosos); Portaria nº 73 (normas e padrões de funcionamento de serviços e programas de atenção à pessoa idosa no Brasil). **Deficiente.** 4 A Lei nº 10.048/2000 e alterações. 4.1 A acessibilidade. 4.2 A Lei 10.098/2000. 5 Decreto nº 5.296/2004 e alterações. 6.4 A ação civil pública para a tutela jurisdicional dos direitos individuais das pessoas com deficiência. 6.5 A Lei nº 10.048/2000 e alterações. **Sanitário.** 1 Estado democrático de direito, direitos humanos e direito à saúde. 1.1 Estado de direito, constitucionalismo e direitos humanos. 1.2 Importância da Constituição nos estados de direito e a consolidação dos direitos humanos fundamentais. 4.2 Poder de polícia. 4.2.1 Polícia judiciária e polícia administrativa. 4.2.2 As liberdades públicas e o poder de polícia. 4.2.3 Atributos do poder de polícia. 4.2.4 Limites do poder de polícia.